



Análise

20/11/2010 - País Basco: A atuação do ETA na reivindicação separatista ...p.01

O grupo separatista espanhol *Euskadi Ta Azkatasuna*, mais conhecido como ETA e famoso pelos atos violentos que provoca, anunciou recentemente que pretende cessar as atrocidades provocadas na região do País Basco e tentará negociar sua soberania pela via diplomática.

Texto Informativo

20/11/2010 - Operações de Paz das Nações Unidas no Oriente Médio: um panoramap.05

As Operações de Paz (PKO) mantidas no Oriente Médio estão há décadas na região. Este relatório visa dar um panorama geral sobre as PKO nessa região, e discutir sua atuação.

20/11/2010 - Discurso do Embaixador Celso Amorim na Assembléia Geral da ONU faz panorama da atual Conjuntura.....p.10

Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, indica os principais pontos da política externa brasileira atual e aborda os temas mais relevantes da agenda brasileira.

País Basco: a atuação do ETA na reivindicação separatista

Análise
Europa
Jéssica Silva Fernandes
20 de Novembro de 2010

O grupo separatista espanhol *Euskadi Ta Azkatasuna*, mais conhecido como ETA e famoso pelos atos violentos que provoca, anunciou recentemente que pretende cessar as atrocidades provocadas na região do País Basco e tentará negociar sua soberania pela via diplomática.

Em 5 de setembro de 2010, o grupo separatista espanhol, ETA, anunciou que pretende finalizar as atividades terroristas no país, visando a negociação política de sua soberania.

Desde a década de 1960 o grupo busca a independência do País Basco por meio de ações violentas, e em mais de quatro décadas já matou quase mil pessoas na região.

Deve-se evidenciar que os separatistas reivindicam a libertação de um território de aproximadamente vinte mil km², com aproximadamente três milhões de habitantes, situado entre o norte da Espanha e o Sul da França, porém com a maior parte da população em território espanhol¹.

Para o governo espanhol, as negociações entre os líderes que lutam pela libertação do País Basco e as autoridades espanholas só serão efetivas quando as ações terroristas forem coibidas.

Um pouco sobre a história do ETA

Na década de 1930, a Europa sofrera inúmeros impactos, motivados principalmente pela crise econômica de 1929, nos EUA; recessão mundial; e ascensão de ideologias fascistas. Nesse período a Espanha passava por um dissenso político que possibilitou a ascensão de mais um regime “fascista” na Europa². Dessa forma, sob o comando do General Francisco Franco, de extrema direita e militar, instaura-se na Espanha um governo ditatorial, conhecido historicamente como franquismo.

Durante o período de autoritarismo do governo Franco (1939-1975), os Bascos tiveram a cultura e dialetos locais reprimidos pelo governo espanhol, e perderam a autonomia que possuíam em relação à Espanha.

Nesse contexto, na década de 1950, surgiu o grupo separatista *Euskadi Ta Azkatasuna*, ETA, que significa Pátria Basca Liberdade, devido à resistência de jovens estudantes insatisfeitos com as repressões do governo

¹Fonte: http://integracao.fgvsp.br/4/pa%C3%ADs_basco.htm

²Ver <http://www.youtube.com/watch?v=E8Alo82ES8M&feature=related> também:

autoritário outorgado.

O grupo adota como lema o *Bietan Jarrai*, que significa “seguir nas duas”, ou seja, tanto na via política, a partir de tentativas de acordos, como também na via militar, fazendo o uso da força para tentar solucionar os problemas. Desde então se tem uma insatisfação basca com a autoridade política espanhola.

Dentre os propósitos defendidos pelo ETA se encontram: a) a determinação da nacionalidade a partir da língua *Euskera*, idioma falado na região; b) afinidade política ao ideal socialista; c) e o principal objetivo por eles defendido é a independência do País Basco, nos moldes do Federalismo Europeu, como os países soberanos na Europa adotam atualmente. Até hoje, os separatistas reivindicam a independência total do *Euskal Herria* (País Basco) mesmo tendo certa soberania na região, adquirida com o fim do autoritarismo.

A manifestação do ETA em 2010

Desde março de 2010, autoridades visando a mediação do conflito entre Espanha e País Basco têm proposto o cessar fogo aos membros do ETA e sugerem a resolução desse impasse por vias diplomáticas. Tal proposta foi apresentada pela *Declaração de Bruxelas em março de 2010* por especialistas em resolução de conflitos³ que reiteram a necessidade da não utilização da violência como forma de assegurar a independência para possibilitar o alcance da estabilidade e da paz.

No entanto, uma declaração de um cessar fogo não seria suficiente para garantir a estabilidade, como é proposto pelos

3

http://www.elpais.com/articulo/espana/Medidores/conflictos/politicos/irlandeses/piden/ETA/alto/fuego/elpepuesp/20100329elpepuna_c_7/Tes

mediadores, o ideal seria uma “fiscalização” a partir de um órgão internacional para que o compromisso de não utilização de armas seja efetivado⁴.

Desde então, esquerda Abertzale vêm pressionando o ETA para uma declaração unilateral de armas, ou seja, os atores políticos incentivam a defesa dos ideais por vias diplomáticas e não pelo uso da violência ou de armas, como sugerido pela Declaração de Bruxelas em março de 2010. Ao fazer referência à Esquerda Abertzale, relaciona-se ao grupo político basco que também defende o separatismo; que pretende concorrer nas próximas eleições (que serão realizadas em maio de 2011), compartilha de ideais socialistas, e pretende implementar mudanças em âmbitos sociais.

A esquerda Abertzale apresentou projetos políticos relacionados ao impasse em Pamplona, capital do País Basco, demonstrando possibilidades para se agir por vias pacíficas em contraste ao grupo Euskadi Ta Askatasuna. A Abertzale argumenta que a organização terrorista precisa “aliviar a pressão que sofre” para obter ganhos. Desde então, a esquerda especulava que a materialização de tal proposta poderia ser reiterada no mês de setembro, até o dia 27, dia em que se comemora al “Gudari Eguna” caracterizado como dia do soldado em Basco, data a qual a população basca homenageia os cinco soldados que manifestaram sua insatisfação frente ao regime franquista instaurado no período. Desses *gudaris*-(soldados), dois pertenciam ao grupo separatista ETA e três eram militantes locais, e sob o mandato do General Francisco Franco foram fuzilados em 27 de setembro de 1975⁵.

4

http://www.elpais.com/articulo/espana/Medidores/conflictos/politicos/irlandeses/piden/ETA/alto/fuego/elpepuesp/20100329elpepuna_c_7/Tes

5

<http://www.gara.net/paperezkoa/20100926/2>

Como previsto, em setembro o ETA manifestou a disposição em estabelecer negociações com os mediadores do conflito assim como em declarar o cessar fogo. Como mencionado na edição digital do periódico *Gara*, “o ETA, expressou em nota, um *alto El fuego permanente e verificable*⁶, como fora solicitado na Declaração de Bruxelas.

Cabe ainda destacar que se tem no País Basco vários movimentos independentistas; o ETA é um desses grupos que almejam o separatismo, e se utiliza de meios violentos para defender a soberania estatal. No que tange à afinidade ideológica, pode-se dizer que o ETA é “alinhado” ao marxismo e aos ideais socialistas, vertente política que desde o século XVIII, contexto de Revolução Industrial é definida como esquerda por apresentar ideais considerados radicais, se contrapondo aos ideais conservadores considerados como ideologia política de direita.

Destaca-se, portanto, a tentativa de se estabelecer convergências entre as afinidades ideológicas e objetivos políticos do ETA e da esquerda Abertzale, e um possível diálogo entre esses com o objetivo de se concretizar aspirações no âmbito estatal.

Considerações sobre as reivindicações separatistas no País Basco

Evidencia-se nesse contexto questões que merecem ser destacadas. A priori, destaca-se o nacionalismo, ou seja, poder-se-ia dizer que a resistência dos bascos à autoridade política espanhola demonstra que existe certa unidade e identidade entre a população basca a qual caracteriza

os membros dessa como uma nação. A partir do ideal nacionalista vigente entre os bascos, pode-se caracterizar as reivindicações separatistas, argumento principal usado nas ações terroristas do grupo ETA. Justifica-se, portanto, como segunda questão relevante nesse contexto o separatismo, defendido pela população de Euskal Herria, (País Basco), que visa a liberdade em termos políticos e culturais, a instituição de princípios democráticos e a implantação de ideais socialistas no país.

Embora se tenha tais reivindicações pelo grupo ETA e por parte da população, nota-se contrapontos entre o discurso e a ação, o qual pode ser caracterizado pelo uso da força e violência para se defender ideais que poderiam privilegiar toda a população. Relacionando a ideologia defendida pelo ETA à visão radical marxista de resolução de conflitos⁷, o uso da força e da violência direta muitas vezes poderia evidenciar a necessidade de mudanças num contexto de desigualdade social, e levar ao surgimento de alternativas para solucionar o problema. Não obstante, no cenário em questão as ações violentas do ETA só inviabilizam as negociações políticas entre os Bascos e Espanhóis, (terceiro ponto que merece ser destacado).

Ademais, outro ponto de destaque no tocante à manifestação do grupo terrorista ETA de cessar fogo em 2010, é que não se pode negligenciar que declarações como essa foram proferidas em contextos anteriores, porém não foram efetivas. Dessa forma, o não cumprimento dessas pode reduzir a credibilidade dos acordos que atualmente são firmados⁸.

O que se pode dizer, portanto, é que por

22849/es/Homenajes-visperas-Gudari-Eguna-distintas-localidades-Euskal-Herria

6

http://www.elpais.com/articulo/espana/ETA/dispuesta/negociar/mediadores/internacional/es/elpepuesp/20100918elpepunac_6/Tes

⁷ Nesse ponto refere-se a argumentação usada pelos estudiosos em resolução de conflito, IN: SINGER, 1976, p.122 a 125.

⁸ Veja também: Declaração de cessar fogo do ETA em 2006 disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3PRpao3ARu0&feature=fvw>

tempo indeterminado as ações do ETA foram cessadas, como proposto pela Declaração de Bruxelas em março do ano corrente, e que há uma forte atuação da esquerda Abertzale na construção de projetos políticos e organizativos na defesa de ideais independentistas atuando por vias mais pacíficas, e pressionando tanto o governo espanhol como também tentando coibir as ações terroristas e que poderão demonstrar resultados mais rápidos e concretos.

Referência

BBC Internacional

<http://www.bbc.co.uk/>

Diário Liberdade- Portal anticapitalista da Galiza e dos Países Lusófonos

<http://www.diarioliberalde.org/index>.

El País

<http://www.elpais.com/articulo/espana>

<http://www.elpais.com/todo-sobre/tema/terrorismo/ETA/23/>

Estadão

<http://www.estadao.com.br/>

Euskadi Net - El portal de las administraciones Vascas

<http://www.euskadi.net/>

Jornal basco -Gara- Euskal Herriko egunkaria

<http://www.gara.net/index.php>

G1

<http://g1.globo.com/mundo/>

SINGER, J. An Assessment of Peace research International Security, volume 1 Issue 1(Summer, 1976) 118-137

Veja On - line

<http://veja.abril.com.br/perguntas-respostas/grupo-terrorista-eta.shtml>

Universidad Pablo Olavide, de Sevilla-Proyecto de Investigación- Nacionalismo Español

http://www.upo.es/proyectos/nacionalismo_esp/publicaciones/Arti_Libr/index

Palavras chave: Jéssica, Europa, ETA, País Basco, Terrorismo.

Operações de paz das Nações Unidas no Oriente Médio: um panorama

Texto Informativo

Oriente Médio

Fernanda Nacif

Pedro Casas

20 de Novembro de 2010

As Operações de Paz (PKO) mantidas no Oriente Médio estão há décadas na região. Este relatório visa dar um panorama geral sobre as PKO nessa região, e discutir sua atuação.

Atualmente, as Organização das Nações Unidas mantém 16 operações de paz em todo o globo. Apenas no Oriente Médio são mantidas três operações de paz pela Organização: a *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO) e a *United Nations Disengagement Observer Force* (UNDOF).

As Operações de Paz, a ONU e a Carta de São Francisco

As operações de paz são um mecanismo que não consta na Carta das Nações Unidas. “Apesar da Carta da ONU não fazer referência explícita a este tipo de operação, o que a torna um mecanismo *ad hoc*, o aparato que fundamenta juridicamente as missões de paz está previsto em seus Capítulos VI e VII.” (BIGATÃO, 2009).

De acordo com Belém Lopes e Casarões (2009), devido às dificuldades enfrentadas, a ONU desenvolveu um mecanismo de envio de operações para controlar focos internacionais de tensão. E, com o forte aumento da demanda por essas operações, foi criado um departamento dedicado ao gerenciamento de *peacekeeping* (doravante, PKO).

As operações de paz das Nações Unidas podem ser classificadas em três principais categorias: *peacemaking* (promoção da paz) que é baseada em ações diplomáticas, buscando a negociação entre as partes;

peacekeeping (manutenção da paz), ações empreendidas por militares, policiais e civis no terreno do conflito, com o consentimento das partes, objetivando a implementação ou o monitoramento do controle de conflitos (cessar-fogos, separação de forças, etc) e também a sua solução (acordos de paz); e *peacebuilding* (consolidação da paz), que visa fortalecer o processo de reconciliação nacional por meio da reconstrução de suas instituições e da infra-estrutura e é executada após a assinatura de um acordo de paz. (BIGATÃO, 2009).

Além desses três tipos de operações, temos outras três: as operações de *primeira geração*, “que abrangem missões compostas por pessoal desarmado ou fracamente armado que visavam o monitoramento de cessar-fogos, tréguas e armistícios, o patrulhamento de fronteiras e zonas de exclusão militar, o apoio à retirada de tropas e o acompanhamento de negociações para a assinatura de tratados de paz”, sendo que essa categoria vigorou até o final da década de 1980. (BIGATÃO, 2009). Estas operações são principalmente compostas por forças de observação e forças de paz. O número relativamente baixo de missões mostra a paralisia do Conselho de Segurança das Nações Unidas (doravante, CS) durante a Guerra Fria.

Há também as operações de *segunda geração*, iniciadas quando houve a intensificação da atuação da ONU no que diz respeito às operações de paz, sendo elas cada vez mais complexas, com mandatos orientados à prestação de ajuda

humanitária, verificação da situação dos direitos humanos, policiamento ostensivo, supervisão de eleições, auxílio à administração pública e restauração da infra-estrutura e do setor econômico, além dos objetivos tradicionais. (BIGATÃO, 2009). Por fim, há as operações de *terceira geração*, que visam desde ações militares para proteger atividades de assistência humanitária até a imposição de cessar-fogos e o auxílio na reconstrução de Estados falidos.

Boa parte dos insucessos verificados em tais operações deve-se ao esgotamento do aparato onusiano, tanto no campo operacional quanto financeiro e institucional, que chegou ao limite de sua atuação. (BIGATÃO, 2009).

Breve histórico das Operações de Paz da ONU

As forças de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) (*peacekeeping operations - PKO*) são um importante instrumento desenvolvido pela ONU para ajudar os países em situação conflituosa a criarem condições para a obtenção da paz.

A primeira operação de paz foi a UNTSO, estabelecida em 1948, quando o Conselho de Segurança, por meio da resolução 50¹, autorizou o envio de tropas ao Oriente Médio para monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. Tal operação ainda está em andamento.

A partir de então, outras 63 operações foram estabelecidas; sendo sua distribuição: 26 no continente africano, 10 na Ásia e Pacífico, 10 na Europa, 9 nas Américas e 9 no Oriente Médio.²

¹ Resolução 50 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1948). Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/50%281948%29

² Lista completa de todas as operações. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/list.shtml>

A influência durante e após a Guerra Fria

Criadas no contexto da Guerra Fria, as PKOs enfrentavam um desafio: a aprovação pelo Conselho de Segurança. À época, devido à falta de consenso entre os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, principalmente pela divergência entre as duas potências - EUA e URSS, as operações esbarravam nos interesses envolvidos na questão.

Porém, após o fim da Guerra Fria, ocorre uma significativa mudança no que tange ao número de PKOs presentes no mundo: de maio de 1948 a novembro de 1989, a ONU realizou 18 operações de paz. Após 1998, esse número cresceu para 64. Somente na década de 90, foram aprovadas 35 operações, já que as grandes potências pararam de usar o veto sistematicamente, devido ao seu alto custo político. Decorre deste fenômeno a legitimidade dada ao uso de PKO para a manutenção da paz e segurança internacionais, já que podem ser vistas como uma forma legítima de uso da força.

UNTSO

Dados os conflitos subsequentes à criação do estado de Israel, em 1948, e sua não aceitação por parte dos palestinos e dos Estados árabes vizinhos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma resolução apelando pelo cessar-fogo. A resolução determinou que a trégua deveria ser supervisionada por um mediador da ONU e por observadores militares, cujo primeiro grupo ficou conhecido como United Nations Truce Supervision Organization (UNTSO).

No ano seguinte, o Conselho aprovou a Resolução 73 (1949)³ que atribuía novas funções à UNTSO para o armistício entre

³ Resolução 73 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1949). Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/73\(1949\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/73(1949))

Israel e Egito, Jordânia, Líbano e Síria, de forma que suas atividades se espalharam pelos cinco Estados da região. As funções da ONU variavam de acordo com as circunstâncias, após as guerras de 1956⁴, 1967⁵ e 1973⁶, mas de maneira geral atuava-se como intermediária das partes hostis e, sobretudo, era uma forma de evitar com que incidentes isolados escalassem o conflito.

Atualmente, grupos de observadores militares da UNTSO são relacionados às outras PKOs presentes na região do Oriente Médio. Essas operações são: United Nations Disengagement Observer Force (UNDOF), nas Colinas de Golã; e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (United Nations Interim Force in Lebanon – UNFIL). Além disso, a UNTSO mantém sua sede em Jerusalém, com escritórios também em Beirute, Ismalia e Damasco. A ONU mantém, ainda, um grupo de observadores na Península do Sinai.

UNDOF

Desde 1967, quando Israel tomou da Síria as Colinas de Golã durante a Guerra dos Seis Dias, havia um alto nível de tensão entre os dois países. Em 1974, a situação tornou-se tão instável que uma iniciativa diplomática dos Estados Unidos resultou na conclusão de um “Acordo de desencorajamento entre as forças israelenses e sírias” (*Agreement on Disengagement between Israeli and Syrian forces, em inglês*)⁷. Segundo o acordo, seria criada uma área de separação entre duas zonas iguais de forças e armamentos limitados dos Estados sírio e israelense. Além disso, o acordo apelava pela criação de uma força observadora das Nações

Unidas para supervisionar a criação de tal área. O Conselho de Segurança estabeleceu, então, a *United Nations Disengagement Observer Force* (UNDOF), por meio da Resolução 350 de 1974⁸.

Entre as atribuições da UNDOF podem-se destacar: a supervisão da zona tampão entre Síria e Israel; o monitoramento da presença militar de sírios e israelenses na área; a intervenção no caso de uma das partes entrarem no espaço de separação; a inspeção da área para garantir que seus limites estejam sendo respeitados; assistência ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha na passagem de correio, pessoas e assistência médica pela área.

Um desafio que ainda se coloca para a Força são os campos minados. Em consulta com as autoridades sírias, a UNDOF instituiu um programa de segurança desses campos para identificação e marcação das minas, além de promover atividades para conscientizar a população civil sobre o problema. (UNDOF, 2010)

Pode-se dizer que a UNDOF tem cumprido seu papel, na medida em que nenhum grande incidente ocorreu nas Colinas de Gola desde então. Entretanto, a situação no Oriente Médio permanece instável, o que pode significar que a Força deve permanecer no local por um período ainda indeterminado.

UNIFIL

Originalmente, a UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon) foi criada em março de 1974 para confirmar a retirada de israelenses do Líbano, restaurar a paz e a segurança na região, e restabelecer a autoridade do governo libanês no local. No começo dos anos 1970, a tensão na fronteira entre Israel e Líbano aumentou, especialmente com a realocação de

⁴ Guerra do Suez

⁵ Guerra dos Seis Dias

⁶ Guerra do Yom Kipur

⁷ Agreement on Disengagement between Israeli and Syrian forces; disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/11302/Add.1

⁸ Resolução 350 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=res/350\(1974\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=res/350(1974))

palestinos no país. Em 1978, Israel invadiu o Líbano, ocupando em três dias praticamente todo o território do sul. Por consequência dessa invasão, o governo do Líbano submeteu um forte protesto ao Conselho de Segurança. Então pressionado, o Conselho das Nações Unidas aprovou as resoluções 425 e 426⁹, que ordenavam a retirada das tropas do território libanês.

Em junho de 1982, após intensa troca de tiros no sul do Líbano, próximo à fronteira, israelenses invadiram o território, e passaram a controlar o local.

Por três anos, a UNIFIL permaneceu fornecendo, ainda que de forma limitada, proteção e assistência humanitária à população local. Na mesma época, Israel retirou algumas tropas, mas continuou controlando o local.

Ao longo dos anos, o Conselho de Segurança manteve seu compromisso com o Líbano, sobretudo com a integridade territorial, soberania e independência. O ex - Secretário-Geral, Kofi Annan, tentou também fazer com que Israel abandonasse a zona de controle.

O governo israelense, em abril de 2000 notificou ao Secretário-Geral das Nações Unidas que iria retirar as tropas naquele mesmo ano, e foi o que aconteceu, apesar de alguns pontos conflituosos. Kofi Annan, em nota, informou ao CS a retirada das tropas em conformidade com as aspirações das Nações Unidas.

Após a retirada das tropas israelenses, a UNIFIL não teve muito trabalho. O exército libanês, juntamente com a polícia, passou controlar o local.

De acordo com o Secretário-Geral, mesmo com o fim das hostilidades, e mais de duas décadas sem confrontações, o sul do Líbano continuaria sendo um lugar com grave potencial de incidentes, e muito distante da paz.

⁹ Resoluções 425 e 426 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1949). Disponíveis em:

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/425%281978%29

Até julho de 2006, apesar de algumas situações de possibilidade de agravamento, a condição no local se manteve calma. Porém, quando o grupo Hezbollah¹⁰ lançou mísseis em direção ao território israelense, tal evento contribuiu para que o papel da UNIFIL mudasse radicalmente (o que não quer dizer que ela abdicou dos princípios primários dessa operação de paz). As hostilidades deixaram 16 oficiais da ONU feridos, e 5 mortos. Por isso, com o intuito de reduzir a violência, o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1701¹¹, antecedida de intensas negociações e que previa a suspensão imediata dos ataques do Hezbollah e das operações militares israelenses, além de um cessar-fogo permanente na região. A resolução também fortaleceu de forma significativa a UNIFIL, expandindo seu mandato original.

A implantação rápida e eficaz da UNIFIL, juntamente com as atividades exercidas pelas PKO, tem se mostrado fundamental na prevenção da recorrência das hostilidades, o que gerou um ambiente de relativa segurança no sul do Líbano.

Considerações finais

É interessante constatar que as operações de manutenção de paz em atuação no Oriente Médio foram estabelecidas para evitar conflitos que tiveram início após a criação do estado de Israel.

As operações de manutenção paz, mesmo não previstas na Carta das Nações Unidas, têm se mostrado de certa forma, efetivas.

¹⁰ Hezbollah (Partido de Deus, em árabe) foi criado com a união de grupos islâmicos xiitas depois que Israel invadiu o Líbano, em 1982. O grupo, que nasceu sob a influência ideológica do aiatolá iraniano Ruhollah Khomeini, começou com ações guerrilheiras, mas é apontado como terrorista por EUA e Israel.

¹¹ Resolução 73 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1949). Disponível em:

[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701\(2006\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701(2006))

No Oriente Médio, por exemplo, elas têm melhorado. A UNIFIL ajudou a melhorar a segurança do local.

Palavras-chave: Fernanda Nacif, Pedro Casas, ONU, PKO, operações de paz, Oriente Médio, UNIFIL, UNTSO, UNDOF.

REFERENCIAS:

O Globo

<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2006/08/15/285279275.asp>

ONU

<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/undof/index.shtml>

Peacekeeper's Home Page

<http://www.peacekeeper.ca/golan4.html>

UOL

<http://noticias.uol.com.br/bbc/2006/07/14/ult2363u7324.jhtm>

BIGATÃO, Juliana de Paula. **As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas no pós-Guerra Fria: o caso dos conflitos armados intra-estatais.** 2009. Dissertação (Programa de Pós Graduação San Tiago Dantas). UNESP/UNICAMP/ PUC-SP

LOPES, Dawisson Belém; CASARÕES, Guilherme. **ONU e Segurança Coletiva no Século XXI. Tensões entre Autoridade Política e Exercício Efetivo da Coerção.** Contexto Internacional. Rio de Janeiro, vol. 31, nº1, janeiro/abril 2009, p. 9-48.

MORAIS, Clarice. **Conselho de Segurança Revisão do Mandato da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Afeganistão - UNAMA.** 11º MINI-ONU. Guia de Estudos

REZENDE, Lucas. **O Engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU: Um Estudo Comparativo.** 2010. Dissertação (mestrado). PUC Minas

Discurso do Embaixador Celso Amorim na Assembléia Geral da ONU faz panorama da atual conjuntura

Texto Informativo
América

Marcela Linhares
20 de Novembro de 2010

Discurso proferido pelo Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, indica os principais pontos da política externa brasileira atual e aborda os temas mais relevantes da agenda brasileira.

Desde 1947, em toda terceira terça-

feira do mês de setembro é iniciada uma nova sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU). A primeira sessão, no ano citado, foi aberta com um discurso do diplomata brasileiro Oswaldo Aranha - que posteriormente tornou-se presidente da segunda sessão da Assembléia (site da ONU). Desde então, todos os encontros da AGNU são abertos por discursos representantes brasileiros.

A 65ª sessão da Assembléia Geral teve início em 23 de setembro de 2010 com o discurso do atual Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Celso Amorim. O Ministro representou o presidente Luís Inácio da Silva, que havia assumido compromissos eleitorais no Brasil.

O discurso proferido, último da gestão de Lula, abordou os principais temas da agenda internacional e, ainda, as maiores preocupações brasileiras na atual conjuntura, que envolvem, principalmente, o desenvolvimento. O Embaixador ressaltou o crescimento do país nos setores econômico e financeiro, além dos avanços na inclusão social e da sólida experiência democrática

vigente. É possível notar, no pronunciamento, que o governo brasileiro deixa um legado para a gestão da próxima presidente, Dilma Roussef, para que continue com a valorização do campo social e do alargamento da influência do país no âmbito internacional.

Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul

Inicialmente, Celso Amorim destacou que o Brasil “orgulha-se de ter cumprido quase todas as metas estabelecidas e de estar a caminho de alcançar, em 2015, todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”¹. O Ministro, todavia, acrescentou que, caso um país não consiga atingir todos esses objetivos, tal situação não deve ser tratada como fracasso apenas do país em questão, mas sim de toda a comunidade internacional. No entanto, permanecem contradições no comportamento do país quanto a este tema, sendo questionado a respeito de problemas como o maltrato a presidiários e os grandes índices de analfabetismo.

¹ Acesse em <http://www.pnud.org.br/odm/index.php?lay=odmi&id=odmi>

Além da preocupação com o desenvolvimento nacional, Amorim ressaltou a disposição brasileira em ajudar outros países, como tem feito no Haiti após os desastres naturais que o atingiram em 2009. O Brasil também financia, em conjunto com Índia e África do Sul (constituintes do foro IBAS), projetos em diversos países que enfrentam dificuldades relacionadas à pobreza, como Cabo Verde, Palestina, Camboja e Laos.

Nesse sentido, a África tem ocupado um lugar especial na política externa brasileira (PEB), e as relações entre o país e o continente têm sido amplificadas através da chamada estratégia de Cooperação Sul-Sul. Na 65ª sessão da AGNU, Celso Amorim lembrou a todos que o presidente Lula, em oito anos, visitou mais de vinte países africanos para fortalecer parcerias comerciais e laços diplomáticos, além de promover investimentos em alguns deles.

Outro dos pontos mais importantes da PEB do governo Lula é, notadamente, a aproximação com os países da América Latina. Amorim lembrou a todos do notável papel desempenhado pelo Brasil nos últimos anos, através do fortalecimento das relações bilaterais com a Argentina, do aprofundamento do Mercosul e da UNASUL – União das Nações Sul-Americanas. Ainda com relação à região em questão, o embaixador reiterou o repúdio brasileiro ao bloqueio a Cuba, que resulta em malefícios à população cubana. Amorim também ressaltou a condenação ao golpe de Estado hondurenho em 2009, ressaltando que o “regresso do ex-presidente Zelaya sem ameaças à sua liberdade é indispensável para a normalização plena das relações de Honduras com o conjunto da região”.

Economia e Comércio

No que concerne à discussão de assuntos econômicos, o Ministro Celso Amorim ressaltou a ascensão do G-20 sobre o G-8, o que, para ele, constituiu mudança fundamental para que muitos Estados pudessem superar a crise financeira iniciada em 2008. Todavia, uma ressalva foi feita quanto aos países que hoje integram o grupo, e o Embaixador defendeu uma adaptação do mesmo para que se pudesse, por exemplo, garantir maior participação africana. Atualmente, o grupo conta apenas com um país africano, a África do Sul.

A ineficiência dos atuais mecanismos econômicos fez com que, em agosto deste ano, o Ministro declarasse ao diário “A Tribuna”² que uma de suas frustrações em sua gestão foi não ter alcançado um acordo definitivo na Rodada Doha da OMC. O argumento também foi pautado na Assembléia Geral, e Amorim afirmou que a falta de uma solução equilibrada em quase dez anos – período pelo qual a Rodada ainda se estende – evidencia que países desenvolvidos não demonstram “o necessário compromisso com a estabilidade econômica global”.

Meio ambiente

Ao falar sobre mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, Amorim voltou a criticar a posição dos países ricos, dizendo que, nas reuniões ambientais sediadas em Copenhague, em 2009, faltou o compromisso dos mesmos ao se “esquivarem de obrigações morais e políticas”. O Embaixador também renovou o convite às nações presentes para a Rio+20, conferência sobre meio ambiente a ser realizada no Rio de Janeiro em 2012,

² Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/embaixador-celso-luiz-nunes-amorim/uma-diplomacia-sem-medo-de-cara-feia-jornal-a-tribuna-15-8-2010>

mostrando o comprometimento brasileiro com as questões ambientais.

Segurança

Por fim, a temática da segurança foi a mais abordada por Celso Amorim. O Ministro resgatou o primeiro pronunciamento de Lula na abertura da AGNU, em 2003, quando o mundo convivia com a recente invasão ao Iraque. Agora, Amorim espera que os países possam ter aprendido uma lição do acontecido e rejeitem a “fé cega em relatórios de inteligência feitos sob medida para justificar objetivos políticos”.

Amorim aproveitou a oportunidade para, mais uma vez, citar uma possível reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), incluindo a mudança dos membros permanentes do mesmo. Segundo ele, isto se faz necessário pelo novo contexto no qual o mundo está inserido, que difere do período pós-guerra no qual a Organização das Nações Unidas foi criada. A reforma daria maior representatividade ao CSNU, que deveria incluir representantes permanentes de mais regiões, sendo o Brasil possível representante da América Latina. A mudança também acarretaria em maior transparência na organização.

Ao defender a reforma do órgão, o Ministro ressaltou que o Brasil se manifesta como um membro do Conselho deve fazer, e usou como exemplo o esforço do país, junto com a Turquia, em buscar um acordo com o Irã acerca de seu programa nuclear.

A cooperação dos países ricos foi cobrada novamente e, fazendo alusão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, ressaltou a importância da total eliminação das armas nucleares, em detrimento da modernização dos atuais arsenais – mecanismo atualmente seguido.

Finalmente, Amorim citou a questão problemática entre Israel e a Palestina, e defendeu a convivência harmônica entre os povos e a paralisação da construção de assentamentos israelenses em territórios ocupados, além do fim do bloqueio à Gaza e dos ataques constantes à população civil local.

Considerações Finais

O discurso de Celso Amorim abordou concisamente os tópicos de maior interesse para o Brasil e para outros países em desenvolvimento, agindo com a liderança que se propôs a demonstrar sobre os mesmos. O Embaixador fez críticas aos países desenvolvidos e ressaltou por diversas vezes a importância do diálogo e da cooperação entre Estados.

As mudanças positivas ocorridas durante a gestão de Lula foram observadas, e o Ministro acrescentou que ainda há muito a ser feito no mundo, não havendo lugar para fome, pobreza, preconceito, autoritarismo e injustiça. Pontuou também que combater tais problemas e alcançar o desarmamento nuclear, um desenvolvimento sustentável e um comércio justo devem ser objetivos de todo o mundo. Ademais, Amorim encerrou seu (breve) discurso afirmando que “o Brasil continuará lutando para fazer desses ideais uma realidade”, algo que só poderá ser ratificado dentro de alguns anos.

Referência

Sites:

Ministério das Relações Exteriores
<http://www.itamaraty.gov.br/>

PNUD Brasil
<http://www.pnud.org.br/home/>

General Assembly of the United Nations

<http://www.un.org/en/ga/>

Ver também:

09/03/2010: COP-15 e a tentativa de conter os impactos climáticos

17/11/2009: A crise política que configura o cenário em Honduras

Palavras chave: Brasil, Política Externa, ONU, Celso Amorim, Assembléia Geral.

13